POLÍTICA DE INFORMACAO NA PÓS-MODERNIDADE: reflexões sobre o caso do Brasil

Terezinha Elizabeth da Silva*

Resumo

Características da sociedade pós-moderna. Considerações sobre o saber e a informação como mercadorias básicas da pós-modernidade. Análise das diferentes perspectivas da contemporaneidade para os países com níveis desiguais de desenvolvimento. Situação atual da política de informação no Brasil. A elaboração de uma política de informação para o Brasil deve se pautar nas diferenças setoriais e regionais, e ampliar seu raio de ação a fim de possibilitar a participação efetiva da sociedade civil.

1 APRESENTAÇÃO

Que abordagem deverá ser dada a uma política de informação na tão discutida condição pós-moderna? Quais as implicações do estágio atual do desenvolvimento científico, tecnológico e informacional para países periféricos como o Brasil? É possível se pensar em sociedade pós-moderna num país onde convive pobreza e avançadas tecnologias?

Este trabalho versa sobre a questão da política de informação na sociedade contemporânea - dita pós-moderna - ensaiando reflexões acerca da condição brasileira e suas perspectivas futuras. Mostra ainda que, na situação complexa de nosso país, uma política de informação universalizante e padronizada vem acentuar ainda mais as desigualdades sociais.

2 VÔO PÓS-MODERNO

"A primeira vez que ouvi a palavra pós-moderno foi hoje, ontem, amanhã. Agora tanto faz. Tanto faz?" Com esta f rase Coelho (1989, p. 7) encerra uma reflexão sobre a ambigüidade que o conceito de pós-moderno provoca, após analisar vários autores, dentre os quais, Lyotard e Habermas, cujos pontos de vista a respeito do assunto estão em extremos contrários.

A sensação ou a consciência de que o mundo está mudado, que os tempos são outros é, sem dúvida, anterior ao conhecimento do nome que foi dado a este momento histórico. Refletir sobre a pós-modernidade é pensar a respeito das coisas no instante em que elas acontecem. Falamos acerca do agora, ao mesmo tempo em que o vivemos.

O debate está no ar. Pós-moderno, pós-utópico, pós- industrial, transvanguarda. Ruptura ou continuidade?

Lyotard (1988, p.xvii) iniciou a polêmica sobre o assunto, publicando em 1979 "*La Condition Postmoderne*", que discorre sobre o "saber nas sociedades mais desenvolvidas". O autor faz a oposição entre a ciência moderna, legitimadora do consenso e da unanimidade, e a ciência na condição da pós-modernidade, como sendo "a incredulidade em relação aos

* Aluna do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da UFPB

metarrelatos", que "aguça nossa sensibilidade para as diferenças e reforça nossa capacidade de suportar o incomensurável". E o momento do dissenso ou da legitimação pela paralogia.

Habermas (1987) respondeu prontamente, acusando Lyotard de rejeitar o mundo moderno e as grandes narrativas históricas. Rotula de "jovens conservadores" a corrente do pensamento francês, que segue o caminho aberto por Nietzsche, pregando a desconstrução do discurso, dos valores ocidentais e da verdade defendida pelo pensamento liberal. Habermas inclui, nesta tipologia, Derrida, Deleuze; Foucault e logicamente Lyotard.

O brasileiro Rouanet (1988) concorda com Habermas, defendendo a idéia da pós-modernidade como ilusão e não como ruptura com a modernidade. O autor propõe o conceito de "neomodernismo", que seria um retorno e um "reencontro com a modernidade", visto ser esta um projeto inacabado.

Ainda que apresentadas sucintamente, estas são formas diferentes de se pensar e conceituar o momento atual. Polêmicas à parte, o fato é que grandes modificações aconteceram e estão diante de nossos olhos. Não há como negá-las. É provável que a pós-modernidade já estivesse em germe na modernidade. Neste sentido, seria a conseqüência ou a intensificação de características latentes no período anterior.

Desencanto ou perda da inocência? Depois de Auschwitz e Hiroxima, a arte e a filosofia moderna já não dão conta de representar e pensar a multiplicidade de atitudes, de fazeres, em suma, do sincretismo que se inaugurou a partir dos anos 50. O sentido mais positivo do pós-moderno está em retirar a máscara da ordem, desnudar o universalismo imposto, mas falso, e mostrar que, se o consenso existiu, foi sempre um exercício de poder. É certo que a convivência com estes "novos tempos" faz- se difícil; por outro lado, ela provoca experiências das quais é preciso se retirar significados e sentidos, ao invés de apenas profetizar o fim da história.

A condição pós-moderna abre espaço para "o aprendizado humilde, que já tarda, da convivência difícil mas fundamental com o imponderável o incompreensível, o inefável - depois de séculos da fé brutal de que tudo pode ser reconhecido, conquistado, controlado" (SERVCENKO, 1987, p. 54).

3 INFORMAÇAO: MERCADORIA POS-MODERNA

O ambiente-espetáculo pós-moderno é invadido por mensagens sedutoras que conectam o sujeito ao cotidiano planetário e cria necessidades de consumo de novas mensagens, tanto na vida doméstica, quanto nas relações de trabalho.

O sociólogo americano Daniel Bell propõe um esquema comparativo entre as sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial (pós-moderna). Esta última se alicerça na economia terciária-serviços, saúde, consumo, educação, comunicação – onde a informação e a manipulação do conhecimento assumem papel vital para o desenvolvimento técnico e científico, impondo novas bases para o capitalismo internacional (SANTOS, 1989, p. 24).

O contorno da economia mundial é traçado, agora, pela quantidade de informação possuída, veiculada e divulgada, resultante da produção científica e tecnológica, que por sua vez significa novos "*inputs*" alimentando o ciclo.

Com o surpreendente salto das descobertas tecnológicas dos últimos vinte anos, é possível a obsolescência de um produto ainda na linha de montagem. Daí a necessidade da circulação veloz da informação, especialmente, a tecnológica.

Além da velocidade imprimida ao processo de descobertas científicas e tecnológicas, existe outra diferença fundamental entre a ciência moderna e a pós-moderna. Esta última não se supõe dona da verdade e legitimadora do saber, não crê nos metarrelatos. Assim, outros elementos são introduzidos como legitimadores dessa deslegitimação: são os jogos de linguagem, caracterizados pela heterogeneidade, e dissenso. "O saber pós-moderno não é somente o instrumento dos poderes...! Ele mesmo não encontra sua razão de ser na homologia dos expert, mas na paralogia dos inventores" (LYOTARD, 1988, p. xvii).

Essa paralogia produzirá grande volume de informações, fato que exigirá maior quantidade

de meios de transmissão, fundamentais para originar novas idéias e inventos. Neste novo paradigma a informação adquire maior importância que a realidade concreta, conhecida, muitas vezes, tão somente através dos veículos de transmissão. O valor do real é transferido para o que se conhece a seu respeito, as informações que se tem dele. Neste sentido, a informação e o conhecimento são as mercadorias do capitalismo no estágio pós-moderno.

Se, na fase anterior, a tecnologia básica era a energia transformada em bens de consumo pela indústria, na contemporaneidade pós-moderna a tecnologia é a informação, a informatização e a codificação do conhecimento. Este é o motivo que gera a criação de sistemas altamente avançados de processamento, armazenamento e recuperação da informação, inclusive, a longa distância.

4 BRASIL: UM PÉ NA PÓS-MODERNIDADE (E O OUTRO?)

Pensando em termos de Brasil – e do Terceiro Mundo – a reflexão sobre a condição pós-moderna torna-se mais complexa. Vivemos simultaneamente os três estágios referidos por Daniel Bell.

> Num país como o Brasil, em que o computador convive com a enxada, em que tanto se fala em 'modernização da economia e da sociedade, existiria o pós-moderno? Como repensar, no Brasil, um conceito que teve origem nos países do Primeiro Mundo? Seria possível combinar pós-modernidade e pobreza? (YUDICE, 1990, p. 46).

É fato que a pós-modernidade apresenta características acentuadas nos países desenvolvidos – Japão, Estados Unidos e países da Europa – o centro do Capitalismo Mundial Integrado (CMI), como Félix Guattari prefere denominar o capitalismo pós-industrial. No outro extremo, estão os países não garantidos do Terceiro Mundo. "Em alguns países do Terceiro Mundo, assistimos igualmente à superposição de uma subjetividade medieval (relação de submissão ao clã, alienação total das mulheres e das crianças, etc) e de uma subjetividade pós- industrial" (GUATTARI, 1990 b, p. 49).

Assim, é impossível pensar o conceito de pós-moderno para o Brasil, sem reelaborá-lo pois um "terceiro mundo" dentro do país ainda está numa fase pré-industrial. Pode-se dizer que vivemos um processo de "contaminação" de características pós-modernas, acentuadas nas metrópoles do Centro-Sul, mas com ramificações nos pontos mais remotos do território brasileiro.

Assim, a democratização da informação - entendida como facilidade de acesso – uma das características mais positivas da pós-modernidade no Primeiro Mundo, não encontra reflexos no Brasil, dada a perversidade de nossa situação sócio-econômica. A título de exemplo, vemos que um projeto como o "minitel", a vedete francesa que desde 1985 chega a milhões de residências da classe média, seria inviável no Brasil atual, onde é crescente o empobrecimento da classe média, que a duras penas consegue, depois de anos de tentativa, adquirir e ter instalado um terminal telefônico.

O discurso do "acesso democrático" à informação se exaure com extrema facilidade nas sociedades não democráticas-democracia entendida não como o simples direito ao voto, mas como direito a condições dignas de vida, à cidadania.

Portanto, sem que ocorram mudanças radicais na estrutura socioeconômica, a informação no contexto pós-moderno só aumentará a distância já existente entre a elite e a maioria da população, acentuando a desigual distribuição de benefícios sociais.

Da mesma forma, em nível mundial, o saber, como força de produção fundamental, "constitui o principal ponto de estrangulamento para os países em vias de desenvolvimento. Na idade pós-industrial e pós-moderna, a ciência conservará e sem dúvida reforçará ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. Esta situação constitui mesmo uma das razões que faz pensar que

o afastamento em relação aos países em vias de desenvolvimento não cessará de alargar-se no futuro" (LYOTARD, 1988, p. 5).

A partir dessa visão, as perspectivas futuras não se mostram alentadoras para os países do Terceiro Mundo, como o Brasil, pois é certo que haverá uma intensificação das características atuais da economia mundial. De um lado, os países hegemônicos - proprietários do saber e das fontes de informação - do outro, os países dependentes - importadores de pacotes tecnológicos e de bases de dados.

Como se vê, os avanços científicos e tecnológicos não significam - literal e abrangentemente - uma conseqüente melhoria do nível de vida das pessoas.

> Se considerarmos agora a aceleração geral da informatização e do comando maquínico, sinônimo de um crescimento considerável da produtividade, é preciso admitir que, também neste ponto, nada nos autoriza a pensar que as evoluções conduzirão necessariamente a um progresso social (GUATTARI, 1990a).

5 SOBRE O ESTADO ATUAL DA POLÍTICA DE INFORMAÇÃO NO BRASIL

A fim de articular a situação da política de informação no contexto pós-moderno, serão inicialmente retomados alguns pontos sobre a sua condição no Brasil atual.

1 – Política de informação significa uma decisão governamental, direcionando as atividades do setor. Explícita ou implícita-difusa na massa das políticas públicas - ela é o resultado de uma correlação de forças dentro do Estado.

2 - As políticas de informação no Brasil têm sido propostas, até o momento, sem a necessária articulação com os contextos e políticas cultural, educacional e comunicacional, que afetam sobremaneira as relações sócio-econômicas.

3 - A informação, como transmissora e geradora de novos conhecimentos, ainda não tem sido considerada prioritária nos planos e programas de desenvolvimento científico e tecnológico. Forma-se, daí, um hiato entre a produção do conhecimento e sua disseminação - condição básica ("*input*") para a continuidade do processo.

4 - Mesmo que um discurso liberal tente mostrar o Estado como o lugar aberto à participação de todos, ele não é um árbitro neutro, pois desenvolve seus planos, programas. e políticas para aquelas áreas que considera prioritárias. No caso da política tecnológica, a importância maior é dada à indústria, ficando relegadas a planos secundários as tecnologias alternativas, estas, fundamentais para pequenos produtores rurais e urbanos;

A respeito da política científica, vemos a centralização de recursos para a produção do conhecimento e circulação da informação num número reduzido de Universidades e Institutos - os "centros de excelência" situados no Centro-Sul do país.

5 - Alguns setores são bem mais autônomos que outros, no que concerne à obtenção e administração de recursos financeiros e humanos. Esta autonomia leva a um crescimento diferenciado destes setores e ao seu reconhecimento em nível internacional, facilitando a aquisição de financiamentos externos, o que por sua vez realimenta positivamente o ciclo de desenvolvimento.

6 - Finalmente, mas não menos importante, há que se considerar que nos países de capitalismo dependente como o Brasil, o ciclo de transferência da informação tecnológica é quebrado. O que geralmente ocorre é a importação de pacotes - verdadeiros manuais de serviços. Não existe o desenvolvimento de pesquisas para aplicação efetiva, principalmente naquelas áreas cujo domínio tecnológico acarretaria uma relativa autonomia do capital internacional.

6 NOTAS (IN) CONCLUSIVAS

A condição contemporânea - pós-moderna - não mostra perspectivas otimistas para os países do Terceiro Mundo. A reflexão sobre a situação atual revela que, no futuro, existe tendência à intensificação e centralização do domínio capitalista pelos países avançados, e até a provável existência - se ainda não real - de um Quarto Mundo.

Os teóricos do pós-moderno, que o defendem como sendo uma abordagem crítica da modernidade, mostram que o Estado não é mais o foco de legitimação das demandas sociais. O discurso da representatividade política entrou em descrédito, pois não consegue dar voz às minorias, aos grupos dos não-garantidos, à margem do processo social.

Seria viável a elaboração de uma política de informação dentro da condição pós- moderna brasileira? Se uma política pública é uma ação governamental, como formular um modelo sem se considerar o Estado? O país necessita de uma política de informação? Que conseqüência traria a inexistência de tal política?

A problemática é complexa quando se pensa na multifacetada realidade brasileira. A fim de garantir o direito à participação no processo social daqueles setores desprovidos de poderio econômico, é importante a formulação de uma política de informação. O "*laissez-faire*" levaria à intensificação dos monopólios já existentes.

A criação desta política teria que partir de um questionamento dos modelos até agora propostos - sempre universalizantes - e considerar os seguintes fatores: para que, para quem elaborar uma política de informação e como fazê-la.

Numa visão ideal, uma política de informação deve ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa. Assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício pleno da cidadania.

No Brasil, as políticas sociais em vigor têm favorecido a pequenos grupos. Num nível satisfatório elas deveriam beneficiar a maioria da população, fundamentando-se nas diferenças regionais, culturais, e econômicas, que condicionam expectativas e necessidades distintas. Neste sentido, uma política de informação deve ser flexível o bastante para permitir a participação dos mais diversos setores da sociedade brasileira.

Apesar do monopólio dos meios de produção e veiculação da informação, existem, à margem, experiências localizadas, métodos alternativos que contribuem - em pequena escala - para aumentar o nível de politização da informação. O reforço desses canais e fontes alternativos é fundamental, visto que tais iniciativas podem representar uma força maior, no contexto global.

Ressalta-se que uma política de informação que considerasse estes aspectos estaria num nível ideal, mas não de todo utópico. É verdade que não se deve esperar que parta do Estado uma iniciativa desse tipo. Somente a organização, da sociedade civil em torno de suas necessidades poderá viabilizar a elaboração e a prática de uma política de informação sobre a qual teria controle efetivo.

Assim, uma política de informação ideal deve ser trabalhada pelo Estado e pela sociedade. O primeiro possui a estrutura e os mecanismos básicos para a instrumentalização. A sociedade organizada, ampliando seus canais de participação, reivindicaria suas necessidades e expectativas, e formularia exigências, evitando, inclusive, o caráter manipulatório das políticas públicas paternalistas.

Vimos que nos países desenvolvidos a condição pós- moderna tende a beneficiar grande parte da população. A luta dos países do Terceiro Mundo seria a de conseguir fazer com que este aspecto positivo seja um fato que venha assegurar a participação de um maior número de pessoas e grupos no processo social, e não um "ponto de estrangulamento" de suas condições atuais.

Ampliando seu raio de ação para as minorias e os não garantidos, abrindo-se efetivamente para as diferenças contextuais - sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas - de cada região e grupos da população, a política de informação deixará de ser apenas uma dúzia de páginas de caráter normativo.

INFORMATION POLICY AT POSTMODERNITY: considerations about brazilian situation

Abstract

Observations of the postmodern society characteristics Considerations of knowledge and information as postmodern basic commodities. Analyse of postmodern perspectives to countries with unequal development levels. Considerations of the present situation of Brazilian information policy. It concludes that an information policy in Brazil would have to consider sectorial and regional differencies and to amplify its sphere of action as well in order to make possible the participation of *civil society.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COELHO, Eduardo Prado. Limiar, delimitação. **Crítica**, Lisboa, n. 5, p. 3-7, maio, 1989.

GUATTARI, Félix. Reinventar a política. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 19 de ago. 1990a. Seção Tendências e Debates. _____. **As três ecologias.** Campinas: Papiros, 1990b. 56 p.

HABERMAS, Jurgen. A modernidade: um projeto inacabado? **Crítica**, Lisboa, n. 2, p. 5-23. nov. 1987.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. 3.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1988.125p.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 229-277: A verdade e a ilusão do pós-modernismo.

SANTOS, Jair Ferreira dos. **O que é pós-moderno**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. lllp.

SEVCENKO, Nicolau. O enigma pós-moderno. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso et.al. **Pós-modernidade**. Campinas: Ed.Unicamp, 1987. p.43-55.

YUDICE, Jeorge. O pós-moderno em debate. **Ciência Hoje**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 62, p. 46-57, mar. 1990.